



## Domingas da Silva

 Universidade Federal de Goiás, PPG em Antropologia Social, Goiânia, GO, Brasil

 [domingas@discente.ufg.br](mailto:domingas@discente.ufg.br)

 [orcid.org/0009-0001-6615-4307](https://orcid.org/0009-0001-6615-4307)

# Tribalismo linguístico no pleito eleitoral de 2019-2020 em Guiné-Bissau

## RESUMO

A Guiné-Bissau é um país situado na Costa Ocidental da África, com uma ampla diversidade étnica e linguística, onde convivem mais de vinte línguas étnicas, tendo o crioulo como língua da unidade nacional e o português como língua oficial do país. Na última eleição de 2019-2020, o país passou por um período de tensão política, onde se verificou a prática do tribalismo linguístico, relação de poder, ódio, divisão social e política nos pleitos eleitorais. Este artigo é parte da minha dissertação do mestrado, sobre o tribalismo na relação social e política da Guiné-Bissau, que propõe a reflexão acerca de como a língua oficial portuguesa influencia as dinâmicas políticas e institucionais no país. Embora as línguas étnicas e o crioulo compõem o mosaico histórico da identidade guineense, sua manipulação para fins políticos tem gerado exclusão, desigualdade e conflitos. O objetivo recai no discurso de *lado/lado*, *viva/escola* versus *escola/ika nada* como slogan nos discursos dos militantes que fluíram no debate político e intelectual entre a língua portuguesa e os valores culturais e identitários na sociedade bissau/guineense. O trabalho é de caráter teórico-qualitativo, como: revisão da literatura, análise dos vídeos, lives e notícias nas redes sociais, mediante o método da netnografia usado na obtenção dos dados. Os resultados alegam a prática do tribalismo linguístico, segundo a qual a dominação da língua portuguesa é um fenômeno de privilégio e de boa escolha de um representante político e institucional no país, enquanto a língua étnica e o crioulo são vistas como línguas de atraso social e de baixo nível.

**Palavras-chave:** Tribalismo linguística. Pleitos Eleitorais. Guiné-Bissau.

## Linguistic tribalism in the 2019–2020 electoral process in Guinea-Bissau

## ABSTRACT

Guinea-Bissau is a country located on the West Coast of Africa, marked by wide ethnic and linguistic diversity, where more than twenty ethnic languages coexist, with Creole serving as the language of national unity and Portuguese as the country's official language. In the most recent election of 2019–2020, the nation experienced a period of political tension, during which linguistic tribalism, power relations, hatred, and social and political division were evident in the electoral process. This article is part of my master's dissertation on tribalism in the social and political relations of Guinea-Bissau, and it proposes a

reflection on how the Portuguese official language influences the country's political and institutional dynamics. Although ethnic languages and Creole make up the historical mosaic of Guinean identity, their manipulation for political purposes has led to exclusion, inequality, and conflict. The central focus lies on the discourse of *lado/lado*, *viva/escola* versus *escola/ika nada* as a slogan in the speeches of militants, which permeated the political and intellectual debate between the Portuguese language and the cultural and identity values of Bissau-Guinean society. This study adopts a theoretical-qualitative approach, including literature review, analysis of videos, live broadcasts, and news on social media, through the use of the netnography method for data collection. The results indicate the practice of linguistic tribalism, according to which the domination of the Portuguese language is considered a phenomenon of privilege and a determining factor in the political and institutional representation of the country, while ethnic languages and Creole are perceived as languages of social backwardness and lower status.

**Keywords:** Linguistic Tribalism. Electoral process. Guinea-Bissau.

## 1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, a identidade étnica e a sua relação com o Estado-nação têm sido alvo de maior interesse ao longo do meu percurso de pesquisa na graduação e pós-graduação, como africana, guineense da etnia manjaca/papel, razão pela qual me levou constantemente a indagar e refletir sobre a prática do tribalismo linguístico e suas representações no campo social, político e institucional na Guiné-Bissau.

Este artigo é resultado da minha pesquisa de mestrado intitulada “O tabu e o visível: tribalismo e política na eleição de 2019 e 2020 em Guiné-Bissau”, apresentada e aprovada em 2022<sup>1</sup>, para obtenção do título de mestre em Antropologia no Programa de Pós-graduação em Antropologia Associado Unilab/UFC. Durante o período da pesquisa, tive a oportunidade de acompanhar o período eleitoral por meio das mídias e redes sociais. Considero que a eleição de 2019-2020 na Guiné-Bissau foi uma das eleições mais conturbadas que já ocorreram no país desde a primeira eleição de 1994, em que o tribalismo linguístico, ódio, divisão social, étnica, religiosa e política extrapolaram a convivência dos guineenses.

Durante o processo eleitoral, percebe-se o quão conflituoso é, mas também bonito, viver num país com aproximadamente dois milhões de habitantes, segundo o censo de 2009<sup>2</sup>. O país constitui um mosaico étnico e cultural muito amplo, com mais de 25 grupos étnicos, cada um com a sua cultura, língua e costume. A construção histórica do país é marcada pelo colonialismo, luta pela independência, formação do Estado-nação e regime político que teve sua abertura em 1991 e realizou a primeira eleição em 1994.

Desde então, o país é marcado pela instabilidade política, democrática, golpes de Estado e falta de consenso entre os políticos em busca da unidade e do desenvolvimento do país (Lopes, 1982). Dentro dessas problemáticas políticas e eleitoral que acontecem na sociedade guineense, percebemos a prevalência do discurso tribal e hegemônico, que sustenta a hierarquia social e cultural baseada nos princípios dos ideais imperialistas ao longo da invasão europeia no continente africano.

Na eleição de 2019-2020, o discurso tribalista, acabou ganhando outras narrativas nos pleitos eleitorais, sustentado pelos militantes de partidos políticos (PAIGC) e seu candidato à presidência da República, Domingos Simões Pereira, de que só quem sabe falar corretamente a língua portuguesa e possui um nível elevado de escolaridade deve governar o país, deixando de

<sup>1</sup> Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3685>. Acesso em 20 de julho de 2025.

<sup>2</sup> Disponível em : <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>. Acesso em 20 de julho de 2025.

lado os saberes tradicionais ou conhecimentos endógenos. Este discurso, acabou trazendo um descontentamento nos militantes opositores do partido MADEM-G15, que, a partir daí, o debate político guineense tomou outra proporção em termos gerais e foi confrontado pela população como *lado/lado* em manifestação de slogan de “*escola ika nada versus escola ki tudo* (escola não é nada versus escola é tudo)”.

É importante ressaltar, que se fez necessário fazer uma abordagem, mesmo que de forma simplista, partindo do ponto de vista dos guineenses, observadores, analistas e pesquisadores, de como a eleição de 2019-2020 deu notoriedade nos discursos étnicos, linguísticos, religiosos e científicos na sociedade guineense, partindo dos ideais e das formas de fazer a política dos dois principais candidatos à época. Lembrando que um dos pilares da democracia é respeitar o direito e a liberdade de cada cidadão, independentemente, das questões étnicas, partidárias ou religiosas.

Consequentemente, o que se viu durante as eleições de 2019-2020 e nos anos posteriores foi a materialização do desrespeito às liberdades de escolha, de posicionamento e à intolerância étnica, linguística e religiosa em relação àqueles que optaram por apoiar os candidatos Domingos Simões Pereira e Umaro Sissoco Embaló como Presidente da República da Guiné-Bissau. Isso desencadeou uma onda de ataques entre os apoiadores do (PAIGC) e do MANDEM-G15 em disputa pelo poder, acompanhados de discursos tribalistas e racismo linguístico.

Com o fomento do discurso de *lado/lado* e entre *escola ika nada versus escola ki tudo*, que foram os grandes fatores da divisão social, política e linguística nos pleitos eleitorais de 2019-2020 e também assumidos pelos candidatos à presidência como estratégia de dividir o povo e conquistar o público eleitor, uma vez que o candidato Domingos Simões Pereira optou, em vários encontros políticos, discursar em português, razão que levou à conquista de vários eleitores ditos de praça, “gente civilizada”, que possuíam educação formal e sabiam falar a língua portuguesa, escrever e ler. Ao passo que o candidato Umaro Sissoco Embaló escolheu a língua crioula como língua do discurso político que também usou a estratégia de conquistar o público eleitor de classe dito “não civilizados”, que não possuía a educação formal, que não sabia ler, escrever e nem falar a língua portuguesa, ou seja, as pessoas fortemente tradicionais, onde a maioria reside nas rurais do país e a minoria nos centros urbanos (praças) da Guiné-Bissau.

Ademais, o artigo busca trazer os fatores do tribalismo linguístico nos pleitos eleitorais em Guiné-Bissau, bem como a língua portuguesa como língua de prestígio, de civilização e de

status na sociedade e instituições guineenses, subestimando a língua étnica local e o crioulo como língua da inferioridade e sem valores e prestígios sociais para a sociedade guineense.

A nossa abordagem foi fundamentada no tribalismo linguístico e na crítica antropológica do uso da categoria tribo/tribalismo como fatores de mudança política norteadas pela divisão social na formação do Estado-nação adotada nos países africanos, que influenciam na desvalorização das línguas e culturas locais, com apoio nas obras dos principais autores/as com críticas decoloniais, feitas na obra de “Ideologia de tribalismo” de Archie Mafeje (1971), “Nação Forjada na luta” de Amílcar Cabral (1974), “Etnia, Estado e Tribalismo em África” de Amselle e M'bokolo (2014), “Comunidades Imaginadas” de Benedict Anderson (2008), “Os condenados da terra” de Frantz Fanon (1968), “Colonialismo Português em África” de Peter Caribe Mendy (1994), “Identidade e Cultura na pós modernidade” de Stuart Hall (2006), entre outros.

Em seguida, realizamos uma análise crítica decolonial e interdisciplinar nas relações entre identidade, língua, cultura, política e poder, observando a especificidade histórica e sociocultural da Guiné-Bissau. Por outro lado, realizamos a coleta de dados nas redes sociais, por meio de análise das lives, vídeos, debates políticos, artigos de opinião e outros, bem como nas discussões dos militantes e simpatizantes partidários na convivência social entre os guineenses no Brasil, no período eleitoral, o que nos fez chegar ao entendimento de que esta foi uma das eleições em que a prática do tribalismo linguístico é visível.

Nesse enfoque, de acordo com as nossas observações, percebemos que é de extrema importância o debate sério em torno dos discursos do tribalismo linguístico e da unidade nacional, principalmente nos pleitos eleitorais, tendo em vista o uso dessas questões para os benefícios eleitorais durante esses processos. Lembrando que a língua é um fator de poder; por isso, ela envolve diversas dimensões, desde a política, cultural, social e econômica. São dimensões profundamente entrelaçadas na construção da identidade individual e coletiva.

A língua, como um dos principais marcadores étnicos, carrega não apenas um modo de falar, mas um modo de ver o mundo, transmitir cultura, memória e pertencimento. Mas os avanços da globalização e a hegemonização do ensino das línguas ocidentais têm levado à extinção de línguas étnicas, o que representa também uma perda cultural gigantesca para o país, como podemos perceber durante a pesquisa nas redes sociais.

Ademais, é necessária uma política pública consistente e sustentável, combinada com investimento em educação, cultura, artes e reconhecimento jurídico. Esses fatores, além de fortalecer a identidade nacional, promovem a coesão social e contribuem para uma educação

mais inclusiva e eficaz para que as gerações futuras usem essas ferramentas de forma mais consciente, como, por exemplo: na democratização do acesso à educação, à cidadania, à cultura, ao esporte e ao lazer, e não para os fins de proveitos político, como afirma o nosso líder imortal Amílcar Lopes Cabral: “Ninguém deve ter complexos porque não sabe balanta, mandinga, papel ou fula ou mancanha. Se souber, melhor, mas não sabe, tem que fazer com que os outros entendam, mesmo que for com os gestos” (Cabral, 1990, p. 59). Cabral via a cultura como um elemento central da luta de libertação.

A língua, como expressão essencial da cultura, deveria ser recuperada, cultivada e respeitada, não apenas como meio de comunicação, mas como forma de resistência e de afirmação da identidade. Nesse sentido, apesar de sua crítica à língua do colonizador, Cabral reconhecia o papel estratégico do crioulo como língua de unidade entre diferentes etnias e comunidades linguísticas, especialmente em contextos como o da Guiné-Bissau, onde há uma grande diversidade linguística.

Nesse sentido, trazemos o escritor e intelectual queniano Ngũgĩ Wa Thiong’o, para que possamos compreender mais como essa problemática do tribalismo linguístico reforça a ideia da colonização e como podemos nos libertar desse domínio cultural e psicológico do colonialismo, como podemos perceber na sua fala:

Infelizmente alguns intelectuais africanos também foram vítimas — alguns de forma incurável — desse esquema, sendo incapazes de enxergar que explicar qualquer diferença de perspectiva intelectual ou qualquer conflito político em relação às origens étnicas dos atores vem de uma lógica colonial de “dividir para conquistar”. Nenhum homem ou mulher pode escolher a sua nacionalidade biológica. Os conflitos entre povos não podem ser explicados nos termos do que é *xo* (as invariáveis). Se assim fosse, os problemas entre dois povos quaisquer seriam sempre os mesmos em qualquer tempo e lugar; e, além disso, nunca haveria nenhuma solução para com itos sociais, a não ser ao mudar aquilo que é permanentemente *xo*, como, por exemplo, através de uma transformação genética ou biológica dos atores (Thiong’o, 2025, p. 18-19).

Thiong’o nos mostra que o projeto colonial não terminou com as independências políticas, mas continua por meio do controle das ideias, valores e línguas. Por isso, esse preconceito linguístico propagado pelos colonizadores e pelas elites pós-coloniais, de que a diversidade linguística africana leva à divisão, ao conflito e ao atraso. Essa visão equivocada e preconceituosa reforça a tese do apagamento das línguas nacionais em relação às línguas dos invasores. Por isso, combater o tribalismo linguístico na sociedade guineense é essencial para promover a unidade nacional, a igualdade de oportunidades e o respeito mútuo entre os grupos étnico-linguísticos. Na Guiné-Bissau, onde convivem várias línguas nacionais (como o crioulo, o mandinga, o fula, o balanta, o bijagó, entre outras) e o português como língua oficial, o

tribalismo linguístico pode gerar exclusão, marginalização e conflitos sociais. Isso exige a vontade política, educacional, inclusão social e respeito mútuo, e implica também a valorização de todas as línguas igualmente e não permitir que nenhuma se torne símbolo de exclusão ou privilégio.

Durante a campanha eleitoral de 2019 na Guiné-Bissau, observou-se fortemente a problematização das questões étnicas e linguísticas, tanto ao nível nacional como internacional, o que não condiz com os valores e com o interesse da unidade nacional em busca comum das lideranças estatais e governamentais para o almejado desenvolvimento do país.

Ao longo da campanha eleitoral, constatamos algumas problemáticas que revelam as fragilidades institucionais e políticas nesse período eleitoral, devido à ausência de unidade da população no apoio político, à falta de respeito democrático e ao tribalismo linguístico em relação aos candidatos presidenciais, motivo que gerou divisão partidária entre os eleitores, especialmente entre os jovens, que deveriam zelar pela unidade e pelo desenvolvimento nesse período tão decisivo em um país democrático.

O tribalismo linguístico que foi constatado nesse período, como instrumento eleitoral, ganhou palco com o slogan de *lado/lado* e criou a divisão entre os que apoiavam a importância da escola e daqueles que diziam que a escola não é nada (*escola ika nada versus escola ki tudo*). Isso ofuscou o propósito da eleição no prestígio linguístico da língua portuguesa e do crioulo, o que gerou divisões e polarização na sociedade entre os apoiantes do discurso do candidato em crioulo e em português. Na terceira parte do texto, essa discussão será desenvolvida de forma detalhada, a fim de proporcionar uma melhor compreensão do termo *tribalismo linguístico* no contexto das relações sociais e políticas guineenses.

É importante ressaltar que a prática do tribalismo linguístico na Guiné-Bissau não é um fato que aconteça somente nos pleitos eleitorais, mas sim, sua prática é histórica e estrutural. O processo histórico de colonialismo fomentou a divisão social na Guiné-Bissau entre os civilizados e não civilizados, os letrados e não letrados, e os leitores e não leitores como alegou Mendy (1994), categoria que reforça o etnocentrismo e gera várias categorias *tribais*, que hoje são usadas nas relações sociais e políticas para justificar a superioridade e inferioridade entre as populações colonizadas. Esses acontecimentos do colonialismo ganharam novos contornos no período da formação do Estado-nação cuja política e burocracia dos novos Estados não condizem com a realidade do povo colonizado, realidade que foi adotada pelos dirigentes africanos, motivo que enaltece mais o poder e a dominação cultural e linguística na sociedade colonizada.

Sendo assim, os grupos étnicos, de acordo com Cabral (1974), desempenharam um importante papel na luta pela independência, e os fatores culturais e linguísticos também são um ato de libertação e da perversão da identidade guineense. Nesse enfoque, a nossa questão neste artigo é: por que os fatores culturais e linguísticos dos grupos étnicos são motivo de preconceito e inferioridade no regime de Estado-nação moderno guineense? Por que a língua portuguesa dominou a língua local? Essas perguntas nos convidam à reflexão para entender a prática do tribalismo linguístico na democracia guineense.

Ademais, o tribalismo linguístico configura-se em primeiro lugar na Guiné-Bissau, como o “*bullying*” baseado no humor, mas, no fundo, carrega a ideia da superioridade contra os grupos étnicos na Guiné-Bissau, como Bagno (2007) chama de preconceito linguístico. Ressalta-se que se trata de discriminação baseada no modo como uma pessoa fala, escreve ou se expressa linguisticamente, especialmente quando sua forma de falar está associada a uma determinada classe social, grupo étnico ou região. Na Guiné-Bissau, esse tipo de racismo geralmente atinge mais as etnias com maiores densidades populacionais, como balantas e fulas, cujas formas de linguagem não seguem a norma do “crioulo ou kriol” e português, que é a língua oficial do país.

Em suma, os principais argumentos desta primeira parte introdutória são mostrar as formas pelas quais o racismo linguístico se manifesta na política e sociedade guineense e a importância da resistência dos grupos étnicos no processo de emancipação contra o sistema colonial português nas terras da Guiné. Lembrando, que essas problemáticas estão enraizadas em fatores históricos, sociais, políticos e culturais. Embora a população seja majoritariamente preta em termos de fenótipo, isso não significa a ausência de tensões raciais ou étnicas. Na verdade, o que se observa com mais frequência é a existência de conflitos e discriminações interétnicas, além de desigualdades associadas a grupos sociais específicos.

## **2 TRIBO/TRIBALISMO COMO CATEGORIA EXÓGENA? UMA BREVE HISTÓRIA**

Antes de discorrer sobre as narrativas do tribalismo linguístico na relação social e política da Guiné, é possível compreender o conceito e a origem desse termo e sua utilização na relação étnica e política na sociedade guineense, que passou pelo processo de colonialismo e silenciamento ao longo da invasão portuguesa nas terras da Guiné. A ideia de “tribo” ou “tribalismo” como categoria exógena como afirma Borges *et al.* (2015), é um tema relevante na antropologia e nas ciências sociais, principalmente no que diz respeito à forma como

sociedades ocidentais classificaram e representaram povos não europeus ao longo do tempo. Se partimos para a sua origem etimológica, a palavra “tribo” vem do latim *tribus*, usada na Roma Antiga para designar grupos sociais ou políticos da população (Figueiredo, 2012, p. 58).

No contexto colonial e moderno, o termo passou a ser usado por exploradores, missionários e administradores europeus para se referir a povos africanos, indígenas americanos, asiáticos e oceânicos. Durante os séculos XV a XIX, com a expansão europeia, a noção de “tribo” foi aplicada de forma generalizante e hierarquizante para descrever sociedades que não se encaixavam nos moldes estatais ocidentais.

Nesse contexto, ela passou a ser vista como uma forma primitiva, pré-estatal e pré-moderna de organização social, muitas vezes associada à ideia de atraso cultural ou evolução inacabada (dentro do paradigma evolucionista do século XIX). Essa classificação tinha uma função ideológica e política: justificar a dominação colonial ao representar os colonizados como povos “sem história”, “sem civilização”, necessitando de tutela.

Na Guiné-Bissau, os grupos étnicos se organizam em termos de clãs e parentes povoados em um ou mais territórios, cuja coletividade deriva das misturas de casamentos que estabelecem os laços de parentesco entre diferentes etnias, como afirmam os meus interlocutores na pesquisa de campo feita em 2019 e 2020, nas redes sociais, conforme analisei no discurso do presidente <sup>3</sup>, justificando que “os guineenses são conjuntos de entrelaces”.

Ao longo do tempo, o surgimento do Estado-nação permitiu a homogeneidade de todos os grupos étnicos, que se inseriram em uma só identidade, cultura e nação guineense. Considerando, para isso, a abertura político-democrática, o termo tribo passou a ser associado ao de tribalismo devido à nova configuração política do Estado-nação adotado nos países africanos. Figueiredo (2012, p. 58) aponta que:

[...] a “tribo” que supostamente estava em todo lugar. Em especial, a noção corrente de que a mera existência de “tribos” explicava o “tribalismo” nos novos Estados africanos começou a ser contestada, inaugurando na África a noção de etnicidade como um recurso mobilizável por atores políticos, e não como um mal atávico.

Por outro lado, nas palavras de Figueiredo (2012, p. 56), a “tribo como categoria principal de descrição das sociedades que habitavam o mundo extra-ocidental tenha correspondido ao surgimento da nação enquanto categoria política na qual a suposta superioridade evolutiva europeia se encarnava”. A categoria tribo, na sociedade guineense, é

<sup>3</sup> Usei os nomes fictícios para referir os meus interlocutores, como foi uma pesquisa feita nas redes sociais com análise dos vídeos e notícias.

associada ao do termo “raça” e esses dois termos são usados para designar e identificar um grupo social, principalmente quando se fala nos discursos políticos e nos pleitos eleitorais. A tribo/tribalismo se torna o termo usado com mais frequência para sua identificação racial, preconceitos e xenofobia entre os grupos étnicos de diferentes etnias na sociedade guineense.

De acordo com os meus interlocutores), a prática do tribalismo é um aspecto que existe na relação social dos guineenses, bem como na política e nas instituições do Estado. Por isso, a etnicidade, na Guiné-Bissau, deve ser entendida como uma construção social e histórica, e não apenas como um dado biológico ou linguístico. Autores como Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1998) destacam que os grupos étnicos se definem mais pelas fronteiras sociais do que por conteúdos culturais fixos. Assim, na Guiné-Bissau, grupos como os Balanta, Fula, Mandinga, Manjaco, Papel, entre outros, mantêm identidades próprias que são constantemente negociadas no contato interétnico e nas dinâmicas políticas.

Nesse enfoque, o tribalismo na sociedade bissau-guineense, muitas das vezes, se manifesta de forma voluntária/involuntária, mostrando o verdadeiro sentido de cada “eu” ou “nós”, principalmente no nosso dia a dia. Por isso, percebe-se que a etnicidade não é dada sob uma perspectiva construtivista, mas produzida historicamente, muitas vezes em relação com o “outro”.

Nesse sentido, ela pode ser manipulada por atores políticos, coloniais ou administrativos, como podemos perceber na forma como essas comunidades nacionais (e, por extensão, étnicas) são “comunidades imaginadas”, muitas vezes organizadas por discursos exógenos (como censos, mapas, e escolas coloniais) (Anderson, p. 32, 2008). Para Nóbrega (2003) e Teixeira (2008), a discussão em torno do tribalismo não é de hoje, visto que, ela, é uma problemática que ganhou força desde o primeiro golpe do Estado de 1980<sup>4</sup>, que separou a Guiné-Bissau e Cabo Verde e deu origem à abertura democrática em 1994, ano da realização da primeira eleição legislativa e presidencial na Guiné-Bissau. Seu uso tornou-se visível nos processos eleitorais que acabou extrapolando para as eleições de 2019-2020, assim como também nas convivências entre os guineenses, que possuem alguns aspectos muito fortes e divisionistas, como podemos perceber na fala dos nossos interlocutores, o presidente 1:

---

<sup>4</sup> Após a independência da Guiné e de Cabo Verde, os dirigentes do movimento PAIGC tinham diversas iniciativas para unir os dois países, considerando a história comum e a luta conjunta pela libertação do povo. O objetivo era formar um Estado unitário entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. No entanto, devido a vários problemas, divisões e rivalidades internas no PAIGC, esse projeto chegou ao fim em 14 de novembro de 1980, quando o comandante de guerra João Bernardo Vieira, falecido e ex-presidente da república da Guiné-Bissau levou a cabo um golpe de Estado que dividiu a Guiné e Cabo-verde.

**Presidente 1:** as populações se dividem pela religião, etnias, intelectualidade, línguas, promessas de dinheiro e do trabalho e todo mundo quer apoiar um presidente pela afinidade, representações e interesse. Essa terra nunca vai ter paz e nem desenvolvimento se a gente não parar com isso e optar pela unidade e escola certa do presidente e sem essas questões<sup>5</sup>.

Durante a minha observação das lives, vídeos e notícias nas redes sociais, a prática do tribalismo foi apresentada como categoria muito usada pelos guineenses, principalmente nos pleitos eleitorais. Nesse sentido, questiona-se o seu uso e impacto na divisão, dos conflitos e no ódio causados pelos políticos e militares nos períodos eleitorais, bem como nas relações pós-eleitorais. Lembrando que o tribalismo ocorre com mais frequência no dia a dia entre os guineenses. Porém, o seu uso se torna mais visível nos pleitos eleitorais, por ser usado pelos atores políticos como uma forma de angariação de votos por questões de pertença étnica ou religiosa.

No entanto, Amselle e M'bokolo (2014) abordam criticamente os conceitos de etnia, raça e tribo, principalmente no contexto africano, mas com implicações mais amplas para os estudos antropológicos e históricos. Para os dois autores clássicos, a etnia não é uma realidade “natural” ou pré-existente, mas sim uma construção histórica, política e social, muitas vezes articulada ou cristalizada durante o período colonial. A identidade étnica é resultado de um processo de “etnogênese”, em que diferentes grupos são agrupados, classificados e nomeados pelos colonizadores de acordo com interesses administrativos e políticos. Amselle chama isso de “eticização”, um processo em que categorias flexíveis e móveis são congeladas em “etnias” fixas, frequentemente para facilitar o controle colonial.

Apesar de uma abordagem menos profunda, Amselle e M'bokolo (2014) consideram a noção de raça como uma construção ideológica de base colonial e eurocêntrica, usada para justificar hierarquias entre os povos. Eles apontam como a racialização dos africanos serviu à dominação colonial, tratando a “raça negra” como um grupo homogêneo, negando suas complexidades internas, enquanto que o termo “tribo” era usado para descrever grupos africanos como se fossem sociedades fixas, isoladas, arcaicas e sem história (Amselle; M'bokolo, 2014, p. 47).

Nessa perspectiva, percebe-se que, não foi a população africana em si que inaugurou a prática do uso do “tribalismo” (racismo), mas sim, nas palavras de Mafeje (1971 *apud* Borges *Et al* 2015) o tribalismo, como categoria exógena, não deve ser tomada como um

<sup>5</sup> Links e os discursos completos na dissertação original, disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3685>. Acesso em 20 de julho de 2025.

questionamento do mundo social africano, e sim como categoria exógena e estrutural proposta pelos europeus e expandida com a ajuda dos estudos de antropólogos clássicos nos países colonizados, para o próprio africano(a) se autodeclarasse em sua identidade e inferioridade. Como afirmou:

Em muitas instâncias as autoridades coloniais ajudaram a criar as coisas chamadas “tribos”, no sentido de comunidades políticas; este processo coincidiu com e foi auxiliado pela preocupação dos antropólogos com “tribos”. Isto forneceu a base material, como também a ideologia, do que agora é chamado “tribalismo”. Não é de surpreender, portanto, que o africano moderno, que é um produto do colonialismo, fale a mesma linguagem (Mafeje, 1971, p. 254).

O tribalismo é um fenômeno enraizado no racismo estrutural europeu, trazido para diferenciar os povos no mundo. Contudo, muitas vezes, recai-se numa perspectiva de divisão e exclusão de outros povos como humanos e não humanos, civilizados e não civilizados, quando considerarmos questões que envolvem cor da pele e divisões territoriais étnicas, como no caso dos países africanos, que são identificados pela etnia e raça pelo continente cuja população se representa pela cor da pele. Entretanto, essas categorias de raça, etnia e tribo são formas de hierarquização social, uma vez que na minha observação e na concepção do povo guineense, o tribalismo se aplica à hierarquização étnica e social – cria a desigualdade entre as pessoas vindo do interior em relação àquelas que vivem no centro da cidade. Muitas vezes, os guineenses que vivem no centro da cidade acham que são superiores aos guineenses que residem em outras regiões do país; assim como também essas pessoas são discriminadas por não saber falar crioulo nem português, por sua forma de estar, de ser, de vestir, que são totalmente enraizadas nas suas cosmovisões, culturas e tradições.

Ademais, Mafeje (1971) considera que o conceito de tribo é uma construção ideológica colonial e foi enaltecido cientificamente pelos antropólogos evolucionistas para inferiorizar as formas de organização social dos africanos. Uma vez que o termo tribo designa divisão, atraso e inferioridade na sociedade colonizada, Mafeje (1971, p. 254) enfatiza que muitas das sociedades africanas chamadas de “tribos” são, na verdade, mais do que uma sociedade designada pela biblioteca colonial Mudimbe (2013) como tribo, mas sim grupos sociais dinâmicos, com sistemas políticos, econômicos e culturais próprios e adaptáveis.

### 3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS DO TRIBALISMO LINGUÍSTICO

O termo tribalismo, segundo Mafeje (1971), é ainda muito problemático. Ele o vê como uma ideologia usada para explicar conflitos africanos como se fossem causados por lealdades “tribais”, ignorando fatores históricos, econômicos e políticos reais (como a exploração colonial e o neocolonialismo). No entanto, ele afirma que o “tribalismo” serve como narrativa conveniente para desviar a atenção das causas estruturais dos conflitos, como desigualdade, marginalização e manipulação política por elites nacionais ou estrangeiras.

No contexto eleitoral guineense, a situação ainda é mais complexa, pois reflete as dinâmicas étnicas, sociais e políticas da Guiné-Bissau. Para compreendê-lo melhor, é preciso partir do ponto de vista sociolinguístico, da filosofia da linguagem e da antropologia cultural, relacionando-o à forma como a linguagem se torna um marcador de identidade coletiva, exclusão social e disputa de poder político. Nesse sentido, Stuart Hall (2006), um dos principais teóricos dos estudos culturais, defende que a identidade não é fixa nem essencialista, mas sim construída historicamente, socialmente e discursivamente. Em sua obra “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, Hall (2006, p. 5-6) argumenta que: “A identidade é formada não pela afirmação de uma essência interior, mas pela relação com o outro – é na diferença que ela se constrói”.

Ou seja, só sabemos quem somos em relação ao que não somos. A identidade é, portanto, relacional e marcada por fronteiras simbólicas. Para Hall (2006), a linguagem é central nesse processo de construção identitária, porque ela fornece os signos por meio dos quais nomeamos, classificamos e nos posicionamos no mundo. Ela delimita as fronteiras do pertencimento: quem fala de determinada maneira pertence ao grupo; quem não fala é “outro”. Assim, o tribalismo linguístico pode ser entendido, com base em Hall (2006), como uma forma radicalizada de construção da identidade pela diferença linguística. Grupos sociais se organizam em torno de discursos próprios (vocabulários, expressões, estilos), e essa linguagem passa a ser um marcador simbólico de pertencimento e um instrumento de exclusão ou oposição ao outro.

Na perspectiva de Pierre Bourdieu (1989), a linguagem pode ser compreendida como uma forma de violência simbólica exercida por meio da imposição de normas linguísticas legítimas, geralmente associadas às classes dominantes. Embora Bourdieu (1989) não tenha usado o termo “racismo ou tribalismo linguístico” diretamente, suas ideias nos levam a

compreender que o termo se configura na desvalorização sistemática de formas de fala associadas a grupos racializados ou marginalizados, com base na ideologia da língua padrão.

Para Bourdieu (1989), a linguagem é uma arena de disputas de poder simbólico. O racismo linguístico ocorre quando o modo de falar de determinados grupos sociais é deslegitimado, inferiorizado ou criminalizado, sob o disfarce de uma norma neutra. Essa prática reproduz desigualdades e reforça hierarquias raciais e sociais, o que se assemelha ao tribalismo linguístico na Guiné-Bissau.

Ademais, essas categorias só ganharam força e notoriedade em razão da política violenta imposta pelo sistema de Estado-nação e regime democrático nos países africanos colonizados, que acabou sendo herdado por uma minoria de pessoas que assumiram o poder após as independências, como podemos perceber na fala de Fanon: Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, como quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento (Fanon, 1968, p. 38).

Percebe-se que, para Fanon (2010), não importa como se nomeia o processo de descolonização, mesmo que ele pareça pacífico, progressivo ou institucional, o que está em jogo é sempre uma ruptura profunda com um sistema violento. Por isso, a descolonização não é uma simples troca de poder ou mudança administrativa. É um confronto entre dois mundos opostos: o do colonizador e o do colonizado. O colonialismo foi imposto pela força, e por isso, para ser superado, exige também força. E, em relação à língua, nota-se que a do colonizador mantém-se ainda hegemônica, enquanto as línguas nacionais são colocadas no lugar de subalternidade.

Esse “peso psicológico da imposição linguística”, como afirma Fanon (2010), é um complexo de inferioridade desenvolvido pela violência sofrida pelos nativos ao falar a língua étnica, crioulo e português com sotaque. Um processo de branqueamento linguístico para que fossem respeitados e aceitos na sociedade colonial e pós-colonial, o que acabou gerando angústia, alienação e auto-ódio nas eleições de 2019-2020 em Guiné-Bissau, como podemos perceber na fala da minha interlocutora Joana na live no *Facebook*:

**Trecho fala de Joana:** Para Joana, o tribalismo é um tabu que ninguém fala, mas existe na nossa convivência étnica e política. Nunca senti o tribalismo, talvez porque vim de uma mistura étnica, Mandinga e Balanta. Mas independentemente da minha mistura étnica, nessa eleição tiro a lição que existe sim o tribalismo e preconceito étnico e linguístico na Guiné-Bissau.

O tribalismo étnico e linguístico traz diferenciação e divisão dos grupos sociais na Guiné-Bissau, uma vez que a população guineense apresenta diferenças em termos regionais, mas igualdade em termos da identidade nacional. Para os meus interlocutores, o mais visível na questão do uso de tribalismo étnico e linguístico na Guiné-Bissau consiste na denominação racial e ideológica herdada do colonialismo. No entanto, os guineenses passaram a reproduzir esses termos para categorizar os grupos étnicos de forma negativa e isso se estendeu às questões linguísticas, também, ao classificarem o discurso de *lado/lado* e *escola ika naka versus escola ki tudo*, na tentativa de justificar que o candidato eleitoral Domingos Simões Pereira, que possui educação formal e tende a falar corretamente o português, estaria preparado para assumir a liderança presidencial do país, em frente ao candidato Umaro Sissoco Embaló, que foi considerado incapaz de falar corretamente a língua portuguesa, cujo grau de escolaridade é duvidoso para os militantes opositores.

Essas narrativas justificam o uso de poder e da dominação da língua portuguesa na sociedade e política guineense, em termos de insultos, prestígio e superioridade, o que fomenta mais as divisões e problemas na sociedade guineense, visto que o tribalismo linguístico é complexo e está a cada dia ganhando proporção social e política, chegando ao ponto de desvalorizar e extinguir as línguas locais (crioulo e línguas étnicas).

#### **4 O USO DA CATEGORIA *LADO/LADO* E *ESCOLA IKA NADA VERSUS ESCOLA KI TUDO* NO PLEITO ELEITORAL DE 2019-2020 EM GUINÉ-BISSAU**

A categoria do discurso *lado/lado* e *escola ika nada versus escola ki tudo* é uma forma de diferenciar a importância e a não importância da educação formal (escola), que surgiu com a disputa entre a educação formal e a educação informal no pleito eleitoral de 2019-2020 em Guiné-Bissau. A educação formal e não formal são discursos que acompanharam o início e o fim dos pleitos eleitorais na política guineense. A educação formal é associada ao candidato presidencial que sabe falar bem o português e possui escolaridade suficiente para assumir o país na Presidência da República, como apontaram os militantes do candidato Domingos Simões Pereira. Ao passo que a educação informal é associada ao candidato que não sabe falar a língua portuguesa e não possui escolaridade elevada para assumir a Presidência da República, como foi apontado em referência ao candidato Umaro Sissoco Embaló.

De acordo com Augel (2007), dentro das organizações étnicas, existem várias línguas faladas pelos grupos étnicos, mas a sua consolidação é reduzida dentro da capital e mais

presente nas regiões do país. O crioulo é uma das línguas mais faladas pelos habitantes da capital: quase noventa por cento da população o falam, devido à sua importância como instrumento de resistência colonial e de união entre os grupos étnicos, embora não seja uma língua oficial do país.

Os linguistas definem os crioulos como um sistema linguístico em que o léxico é tomado na sua maioria de empréstimos da língua base, a língua do dominador e as estruturas são resultantes dos abstratos das línguas africanas. Foi no contato de português com as línguas étnicas mais carente naquele território que nasceu e se desenvolveu o crioulo guineense e acabou se tornando a língua da unidade nacional (Augel, 2007, p. 84).

O crioulo, por ser uma língua da unidade nacional, falada pelas minorias dentro da capital Bissau, e a língua oficial é o português, que é usada para falar na escola e nas instituições, além de ser uma língua de prestígio social. Os guineenses que moram nas regiões do país, alguns têm dificuldade em falar o crioulo quando se deslocam a Bissau, a capital do país, assim como também na inserção ao novo sistema educativo moderno.

Lembrando que, nas regiões, a educação é muito precária e em alguns lugares não há liceu para que os alunos e as alunas do ensino básico e elementar possam dar o seguimento ao ensino médio. As famílias pretendiam que os seus filhos saíssem da região para estudar em Bissau. Em alguns casos, é em Bissau que alguns começam a aprender a falar e a aprender a falar crioulo e português de forma circunstancial.

Na tentativa de comunicar-se em duas línguas e mais a língua nativa, alguns cometem erros por causa da diversidade linguística, territorial e cultural do país, o que acaba sendo um fator de preconceito linguístico, racismo étnico e *bullying* por aqueles que se consideram de praça e civilizados, por terem mais familiaridade com a língua crioula e português. Esses fatores, causam muitas vezes, desconforto ao se expressar e aprender, por causa das retaliações dos colegas que deveriam acolher e integrá-los dentro do ambiente escolar e sociocultural do país.

Essas violências fazem com que muitos alunos provenientes do interior abandonem seus estudos em Bissau, perante a exclusão e os desconfortos na hora de falar na sala de aula. Lembrando que, para os meus interlocutores, esse aspecto é muito importante para pensar o tribalismo na relação social, política e institucional na Guiné-Bissau.

É fácil ser guineense nascendo e vivendo na capital; difícil é nascer no interior, onde os privilégios sociais e linguísticos não são pauta para os políticos, ou melhor, o Estado-nação não chega em algumas comunidades do país, e as características, culturais, tradicionais e linguísticas, ainda são presentes e frequentes para essas pessoas, que, muitas vezes, são

designadas como não civilizados pelos que vivem na cidade, como podemos verificar nos relatos a seguir:

**Trecho fala de Carlos:** Estudei com um jovem vindo do interior para frequentar o liceu em Bissau, porque na sua região tinha até a sexta classe e não tem liceu. Quando iniciamos aulas no liceu, me lembro quando chegava no período de chamada orais, as pessoas que se acham gente de praça quando ele falava, muito começam a rir. E chegou um momento que ele fica com vergonha de falar na sala de aula e até se sente excluído entre os colegas da turma. Eu no momento não sabia deste tipo de prática de tribalismo e discriminação. Mas agora que eu entendo que nós guineenses praticam um certo tipo de comportamento que às vezes não deve acontecer na nossa sociedade. Porque se rir de uma pessoa que não sabe falar crioulo, isso demonstra que você é superior a ele. Para mim não acho isso correto.

Assim acontece na política e nas instituições guineenses, um país que “falar é existir absolutamente para o outro” (Fanon, 2008, p. 33). Alguns políticos se utilizam da língua portuguesa como ferramenta de poder, para agradar a uma parte da população, à elite política, intelectual e à comunidade internacional, e para manter outros no lugar de subalternidade. Como se tem feito na Guiné-Bissau, falar português bem é sinônimo de inteligência, como podemos perceber na fala dos nossos interlocutores:

**Trecho fala de Braima:** Apoiei o DSP pela sua capacidade e a forma que ele fala bem o português e também por ser acadêmico e doutor. Eu sei que ele é um presidente que está mais preparado para liderar este país do que USE. Para mim não tem como colocar no poder um presidente que não tem escola e nem sabe falar bem o português? Como esse presidente pode nos representar internacionalmente? Para mim não tem como e o DSP é um presidente nato que merece ser presidente nesse país.

Isso mostra o nível cultural que alguns têm em relação às pessoas que desfilam o português no centro da cidade de Bissau, mesmo sem terem o conhecimento básico para liderar o país. No fundo, Braima não tem nenhuma culpa, porque ele foi vítima do Estado guineense, que deixou de lhe proporcionar uma educação de qualidade, capaz de fazê-lo pensar de forma livre e independente, sem questões partidárias. A fala de Braima reforça a ideia da supremacia implantada nas eleições de 2019/2020, de que “eu sei fazer e outro não, nós podemos outros não, só pode governar quem tem escola e os outros não”. Isso gerou uma polarização no seio da sociedade guineense, que culminou no embate eleitoral entre Umaro Sissoco Embaló (figura subestimada e taxada de analfabeto intelectual) e Domingos Simões Pereira (visto como bom menino de praça, civilizado, uma figura intelectual preparada para governar o país). No entanto, o que marcou as eleições de 2019/2020 foi o confronto entre duas frentes: o centro socialista, representado pelo candidato do PAIGC, e os liberais conservadores, apoiados pelo MADEM-G15 e outros.

O embate eleitoral foi um exemplo marcante de como a polarização pode transformar o processo democrático em um campo de batalha ideológica e tribalismo linguístico. Apesar da vitória democrática, o país saiu dividido e com grandes desafios institucionais, sociais e políticos pela frente. Por isso, a reconstrução da polarização na Guiné-Bissau exige mais do que boas intenções: demanda ação coordenada, paciência histórica e compromisso coletivo, porque a democracia não é apenas uma eleição, mas um pacto contínuo de convivência com a diferença, e os atores políticos têm que estar preparados para esse desafio, juntamente com a sociedade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A influência e o domínio da língua portuguesa hegemônica sobre as línguas étnicas e crioulo em Guiné-Bissau enaltece a prática do tribalismo linguístico na política e nas instituições do país e reforça a desigualdade nas relações sociais, além de influenciar o acesso restrito às oportunidades sociais, empregos públicos e representação política. A língua portuguesa, no seio da população guineense, passa a ser um critério formal de filiação, confiança e preferências dentro das estruturas de poder.

No entanto, esse tribalismo é agravado por fatores históricos e coloniais segundo Mendy (1994), durante o domínio português, houve uma política de assimilação baseada na língua e nos valores da metrópole, que excluía os falantes das línguas locais das esferas de poder e da obtenção da cidadania guineense. Após a independência, o crioulo ganhou espaço como língua de comunicação nacional, mas a falta de uma política linguística eficaz e inclusiva fez com que o uso da língua crioula e das línguas étnicas se mantivesse como um obstáculo à unidade nacional.

Atualmente, o uso da língua portuguesa como oficial nas esferas públicas e privadas na Guiné-Bissau reflete tensões, divisões políticas e sociais. O crioulo, como língua da unidade nacional, e as línguas étnicas não apresentam valores nem status social para serem faladas nas instituições ou no discurso político, e muitas vezes o uso dessas línguas locais por um político ou um funcionário(a), em pleno exercício da sua função estatal e governamental, gera desconforto, sendo este(a) denominado(a) pela população como uma pessoa incompetente por não falar o português no seu ambiente de trabalho – discurso que reforça o tribalismo linguístico e confere status e privilégios para quem fala corretamente o português. Sendo assim, a língua portuguesa deixa de ser apenas um meio de comunicação e torna-se um símbolo de poder e da

dominação, influenciando alianças políticas, preferências eleitorais e mesmo a percepção de legitimidade do Estado.

Nesse sentido, torna-se importante que o Estado adote medidas contra o tribalismo linguístico na Guiné-Bissau, por meio da implementação de leis para a legalização formal das outras línguas (étnicas e crioulo), promovendo a valorização e igualdade linguística, bem como status sociais e privilégios institucionais para o seu povo. O reconhecimento das línguas locais é uma ferramenta forte de cidadania e pertença identitária, que conta a história e cultura do povo guineense e merece ser preservada e falada para todas as populações, sem receio e subestimação.

## REFERÊNCIAS

Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Borges, Antonádia; Costa, Ana Carolina; Couto, Gustavo Belisário; Cirne, Michelle Lima; Natascha de Abreu e; Paterniani, Viana; *et al* (organizadores). Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 2, p. 347-369, Maio/Agosto 2015.

Amselle, Jean-Loup; M'bokolo Elikia. *No centro da etnia: etnia, tribalismo e estado em África*. São Paulo: Vozes, 2014.

Augel, Moema Parente. *O desafio do escombros: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

Bagno, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

Bourdieu, Pierre. *Poder simbólico*. São Paulo: Editora Difel, 1989.

Cabral, Amílcar. *Guiné-Bissau: nação africana forjada na luta*. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

Cabral, Amílcar. A questão da língua. *Papia*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 59-61, 1990.

Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.

Figueiredo, Baquero Fábio. *Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980*. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa de pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

- Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Borges, A. *et al.* Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 347–369, 2015.
- Mafeje, Archie. The ideology of “Tribalism”. *The Journal of Modern African Studies*, v. 9, n. 2, p. 253-261, 1971.
- Mendy, Peter Michael Karibe. *Colonialismo português em África: a transição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.
- Mudimbe, Valentin-Yves. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2013.
- Nóbrega, Álvaro. Desejo de'cambança': o processo eleitoral de 1999. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, v. 6, p. 7-82, 2003.
- Lopes, Carlos. *Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Artes Gráficas, 1982.
- Teixeira, Ricardino. *Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- Poutignat, Philippe; Fenart, Jocelyne Streiff. *Teoria da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- Thiong'o, Nguûgî Wa. *Descolonizando a mente: A política linguística na literatura africana*. Tradução de Hilton Lima, Porto Alegre/São Paulo, 2025.

### *Informações Adicionais*

<b><i>Biografia profissional</i></b>	Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Professora Ma. Substituta pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).
<b><i>Endereço para correspondência</i></b>	Campus Samambaia (Campus II), Avenida Esperança, s/n - Samambaia, Goiânia - GO, 74690-900.
<b><i>Conflito de interesse</i></b>	Nenhum conflito de interesse foi declarado.
<b><i>Aprovação no comitê de ética</i></b>	Não se aplica.
<b><i>Preprint</i></b>	O artigo não é um preprint.
<b><i>Método de avaliação</i></b>	Revisão por pares anônima dupla (Double anonymous peer review).
<b><i>Direitos autorais</i></b>	Copyright © 2025 Domingas da Silva
<b><i>Licença</i></b>	Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.
<b><i>Histórico editorial</i></b>	<i>Data de submissão:</i> 13 de outubro de 2025 <i>Data de aprovação:</i> 10 de dezembro de 2025